

INTERVENÇÃO DO/A PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO A INCLUSÃO DE ALUNOS/AS COM DEFICIÊNCIA

Emilli Lago Martins

<https://orcid.org/0009-0009-6784-392X>.

Universidade Federal do Pampa, Curso de Serviço Social, São Borja/RS - Brasil
emillimartins.aluno@unipampam.edu.br

Elisângela Maia Pessoa

<https://orcid.org/0000-0002-5583-9597>

Universidade Federal do Pampa, Curso de Serviço Social, São Borja/RS - Brasil
elisangelapessoa@unipampa.edu.br

Recebido em: 28.04.2026

Aceito em: 13.05.2026

Resumo: O presente estudo discorre sobre a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) no contexto institucional, sendo que se questionou como a inclusão social pode ser efetivada nas instituições de ensino, ou seja, no âmbito da política educacional. Assim, a pesquisa realizada teve como objetivo geral identificar como os/as profissionais do Serviço Social podem intervir junto às necessidades de alunos/as com deficiência, para que haja mais informações sobre inclusão social. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com recorte bibliográfico, centrada na análise de artigos científicos que discutem a intervenção dos/as profissionais. O mapeamento das obras foi realizado por meio dos portais SciELO e Google Acadêmico, utilizando descritores específicos relacionados ao Serviço Social e à inclusão de pessoas com deficiência. Os resultados da pesquisa evidenciaram a significativa importância do Serviço Social no âmbito educacional, sobretudo no que tange à efetivação da inclusão escolar de alunos/as com deficiência, à garantia de direitos e à mediação entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, como a escola, a família e os serviços públicos. Dentre as principais estratégias de intervenção identificadas, se destacam os encaminhamentos para os setores da rede de proteção social, tais como os Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Referência Especializados de Assistência Social e serviços de saúde, bem como a realização de entrevistas sociofamiliares com vistas à compreensão ampliada da realidade dos/as estudantes. Constatou-se, ainda, a persistente desvalorização profissional que atinge os/as assistentes sociais no contexto escolar, revelando limitações institucionais e estruturais que comprometem sua atuação. Além disso, as expressões da questão social que mais se fizeram presentes nos estudos analisados foram a pobreza, a violência e as desigualdades estruturais decorrentes da lógica exclusiva do sistema capitalista.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência; Serviço Social; Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado.

INTERVENTION OF THE SOCIAL WORK PROFESSIONAL IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

Abstract: The mapping of the studies was conducted using the following methods: This study examines the inclusion of people with disabilities (PWDs) in institutional settings, exploring how social inclusion can be achieved in educational institutions—that is, within the framework of educational policy. Thus, the overall objective of this research was to identify how social work professionals can address the needs of students with disabilities, thereby providing further insights into social inclusion. To achieve this objective, a qualitative study was conducted, incorporating a literature review, focused on the analysis of scientific articles discussing the intervention of these professionals. The mapping of the literature was carried out through the SciELO and Google Scholar portals, using specific keywords related to Social Work and the inclusion of people with disabilities. The research results highlighted the significant importance of Social Work in the educational context, particularly regarding the implementation of school inclusion for students with disabilities, the guarantee of rights, and mediation among the parties involved in the educational process, such as the school, the family, and public services. Among the main intervention strategies identified, referrals to sectors of the social protection network stand out, such as Social Assistance Reference Centers, Specialized Social Assistance Reference Centers, and health services, as well as the conduct of The literature review was conducted using the SciELO and Google Scholar platforms, employing specific keywords related to social work and the inclusion of people with disabilities. The results of the socio-family context, with a view to gaining a broader understanding of the students' reality. It was also found that social workers in the school context continue to face persistent professional devaluation, revealing institutional and structural limitations that hinder their work. Furthermore, the manifestations of social issues most frequently present in the analyzed studies were poverty, violence, and structural inequalities stemming from the exclusionary logic of the capitalist system.

Keywords: People with disabilities; Social Services; Inclusive Education; Specialized Educational Services.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas para a inclusão, ainda existem desafios importantes que precisam ser enfrentados para garantir que todos os/as alunos/as, independentemente de suas habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade e a um ambiente escolar que promova o respeito à diversidade. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (2015) estabeleça diretrizes que garantem o direito à educação inclusiva, a realidade nas escolas muitas vezes apresenta um cenário de exclusão e barreiras tanto comportamentais, quanto pedagógicas e estruturais, que dificultam a plena participação de alunos/as com deficiência, necessitando de uma abordagem mais efetiva por parte dos/as profissionais do Serviço Social.

Um estudo de Santos e Elias (2022, p.13) indica que professores/as relatam suas maiores dificuldades vivenciadas no cotidiano diante o processo de inclusão dos/as alunos/as, afirmam ser “[...] o como dar atenção igualmente para o aluno com deficiência e para o restante da turma, conciliar atividades mais individualizadas e a falta de um professor de apoio” Além de pontuar a falta de apoio estrutural por parte de escolas ou da implementação de políticas públicas que garantem um profissional de apoio nas salas comuns, deixam claro a necessidade de educação permanente para intervirem junto a pessoas com deficiência.

É importante que os/as profissionais que desenvolvem seu trabalho em instituições de ensino estejam devidamente capacitados e informados sobre a inclusão de alunos/as com deficiência, para que haja, de fato, a integração desses/as estudantes nas atividades pedagógicas propostas pelas instituições.

Sobretudo, o/a profissional do Serviço Social pode estabelecer diretrizes de atuação na política da educação diante da temática da inclusão, contribuindo para o acesso, a permanência e a efetiva participação dos/das alunos/as na escola. Partindo de tais considerações iniciais, fica o questionamento sobre como o/a Assistente Social intervém diante de tais dificuldades e nas demais como um todo no âmbito escolar, com todas as crianças/alunos/as com deficiência (PCDs).

A justificativa para a realização de estudos nesse campo, residiu em analisar como o/a Assistente Social pode intervir nas escolas para que não haja ou seja minimizada a exclusão social educacional. Sendo de extrema importância tanto para os/as profissionais quanto para as famílias o levantamento de possibilidade de ações que possam se efetivar na realidade educacional, visto que a inclusão de alunos/as PCDs no ambiente escolar é um tema de relevância e crescente na sociedade contemporânea, especialmente no contexto de intervenção dos profissionais do Serviço Social, que buscam promover a igualdade social e a equidade dos indivíduos, podendo atuar na identificação das necessidades específicas desses alunos/as e articular com outras áreas, como saúde e assistência social, para garantir um suporte integral aos/às que necessitam.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), uma expressiva quantidade de pessoas com deficiência ainda não concluiu o ensino básico, evidenciando a urgência de políticas públicas que assegurem o direito à

educação inclusiva e o fortalecimento das práticas profissionais voltadas à garantia de acesso e permanência desses/as estudantes nas escolas.

Diante disso, foi desenvolvido um projeto de pesquisa sobre essa temática, elaborado a partir da disciplina Pesquisa e Serviço Social II, que teve como problema de pesquisa a seguinte questão: “Como os/as profissionais do Serviço Social podem intervir junto à inclusão de alunos/as com deficiência?”. A partir desse questionamento, estabeleceu-se como objetivo geral identificar como os/as profissionais do Serviço Social podem intervir junto às necessidades de alunos/as com deficiência, para que haja mais informações sobre inclusão social. Como objetivos específicos, buscou-se: a) identificar quais expressões da questão social enfrentadas por alunos/as com deficiência apresentam-se ao Assistente Social; b) compreender quais desafios o/a profissional do Serviço Social enfrentam para inclusão de alunos/as com deficiência e c) verificar quais são as indicações dos órgãos da categoria quanto à intervenção do/a assistente social junto a alunos/as com deficiência.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2025, que abordam a atuação do/a assistente social na política de educação inclusiva, com foco na compreensão das dificuldades e possibilidades de intervenção profissional. Dessa forma, este estudo busca enfatizar a importância de fornecer aos/as assistentes sociais informações e instrumentos que possibilitem uma intervenção mais eficaz e inclusiva nas instituições escolares em que estão inseridos/as, contribuindo assim para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa. Assim, a reflexão proposta neste artigo visa contribuir para o fortalecimento da prática profissional do Serviço Social na promoção da inclusão escolar e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi orientada pelo método dialético-crítico, amplamente utilizado no campo do Serviço Social para proporcionar uma leitura aprofundada da realidade social. Tal método possibilitou ultrapassar a aparência imediata dos fenômenos,

alcançando sua essência concreta, e contribuiu não apenas para compreendê-los, mas também para refletir sobre sua transformação. Como afirmou Kosik (1976, p. 18), esse método “dissolve as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal, para alcançar a sua realidade”, sendo, portanto, um instrumento teórico-metodológico essencial para a análise crítica da realidade.

O método dialético-crítico articulou-se a partir de três categorias fundamentais: historicidade, contradição e totalidade. A historicidade considerou a constituição dos sujeitos ao longo do tempo, reconhecendo que suas ações e escolhas estiveram inseridas em um processo histórico contínuo e dinâmico. A contradição revelou-se como uma característica estruturante da sociedade, evidenciando conflitos e incoerências que impulsionaram transformações. Conforme destacou Cury (2002, p. 35), “a contradição pode assumir tanto um caráter destrutivo quanto criativo, impulsionando a transformação histórica dos fatos”.

Já a totalidade possibilitou compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando as inter-relações entre as partes e o todo. Para Kosik (1976, p. 49), “a própria totalidade é que se concretiza, e esta concretização não é apenas criação do conteúdo, mas também criação do todo”.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo (2007), responde a questões que não podem ser quantificadas, permitindo explorar significados, crenças, valores e práticas sociais dos sujeitos. Nesse sentido, buscou-se compreender como a inclusão escolar de pessoas com deficiência se efetiva na prática cotidiana, sobretudo sob a perspectiva do/a assistente social.

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, que com o apoio de revisões bibliográficas sobre os estudos já realizados, contribui para mapear as questões que já foram elaboradas naquela área de conhecimento (Minayo, 2007), no caso deste estudo, trabalhos que trouxeram o tema da inclusão de pessoas com deficiência e a intervenção dos/as profissionais do Serviço Social.

A coleta de dados foi realizada por meio da técnica de observação indireta, conforme descrita por Marconi e Lakatos (2017, p.227) “na observação não participante, o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas não se integra a ela: permanece de fora”. Ou seja, não participante,

embora o/a pesquisador/a presencie os fenômenos presentes, ele não interfere neles. Não negligenciando os objetivos e metodologia previamente definidos.

Neste caso, os dados foram coletados a partir da análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2020 a 2025, obtidos por meio das plataformas Google Acadêmico e SciELO, utilizando os descritores: “Serviço Social e pessoa com deficiência” e “Pessoa com deficiência e serviço social”. Os critérios de inclusão consideraram materiais que abordaram a atuação do/a assistente social na política de educação, enquanto os critérios de exclusão eliminaram estudos com enfoque exclusivamente médico ou clínico.

Como instrumento de coleta foi utilizado um roteiro norteador para que fosse possível a análise das bibliografias, elaborado a partir dos objetivos específicos da pesquisa. O roteiro obteve questões abertas que buscavam responder às questões norteadoras e o objetivo do estudo.

A amostragem foi intencional de tipo não probabilística, conforme definido por Marconi e Lakatos (2017), sendo composta por materiais selecionados propositalmente por sua relevância para o objeto de estudo, de modo a garantir uma análise que refletisse de forma significativa a realidade investigada.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, técnica que, de acordo com Gil (2002, p. 89), “possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações”. Essa técnica foi desenvolvida em três fases: a pré-análise, em que se organizaram os documentos e hipóteses; a exploração do material, onde se identificaram e categorizaram os dados mais relevantes; e o tratamento dos resultados, com a interpretação das informações obtidas.

A análise, por sua vez, teve caráter iterativo, ou seja, foi construída progressivamente, conforme os dados foram sendo analisados, sem o uso de modelos teóricos prévios, como afirmaram Laville e Dionne (*apud* Gil, 2002, p. 90), respeitando a natureza exploratória e compreensiva da abordagem qualitativa.

Durante o processo de coleta de dados, tornou-se necessário ampliar o recorte temporal inicialmente delimitado no projeto de pesquisa dos últimos cinco anos (2020 a 2025), estendendo-o para o período de dez anos, sendo (2015 e 2025). Essa decisão se deu através da escassez de publicações relevantes dentro do intervalo inicial, o que comprometia a análise proposta.

A ampliação do período possibilitou o acesso a um número mais significativo de produções acadêmicas alinhadas aos objetivos do projeto. Ainda assim, é importante destacar a permanente dificuldade em localizar bibliografia que aborde, de forma direta, o exercício profissional no campo da educação envolvendo pessoas com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscou-se alcançar o entendimento através das leituras, quanto aos desafios enfrentados pelos/as profissionais do Serviço Social na intervenção junto às necessidades de alunos/as PCDs. Sendo assim, um dos pontos mais pontuados nas obras foi a dificuldade em proporcionar a inclusão efetiva para os/as alunos/as. O qual expressa-se na fala de uma Assistente Social entrevistada: “o principal desafio nesta área é: Implantar a Educação Inclusiva” (Viana e Alves, 2015, p. 5). Ainda, pontuado também por Luna *et al* (2016, p. 91), o grande desafio é “proporcionar a inclusão social independentemente de sua natureza, contribuindo para a formação cidadã de cada indivíduo e da coletividade”.

Além disso, tomou destaque questões de fragilidade profissional, no sentido de investimento, atribuição e valorização do/a profissional nas escolas. A Assistente Social ressaltou em uma fala que: “[...] a inadequação da sala de atendimento, pois não se tem uma sala apenas para o Serviço Social [...]” (Viana; Alves, 2015, p. 6). Além de associarem a profissional a uma “faz tudo”. Indo ao encontro do que lamamoto (2007) discute, que a profissão é interpelada por formas precárias de assalariamento e de organização do trabalho. O artigo de Luna, *et al* (2016, p.91), reforça essa colocação, quando expõe:

Existe uma gama de limitações e dificuldades no âmbito escolar entre elas fragilidade e negligência familiar, criminalização, precarização do trabalho, sucateamento do equipamento, avaliações superficiais e quantitativos da educação brasileira, desqualificação profissional, falta de motivação, entre outras.

Em vista disso, há uma precarização no trabalho, ao qual compromete a qualidade

da intervenção e exige políticas mais estruturadas que valorizem o trabalho especializado do/a assistente social nas escolas.

Buscou-se compreender quais as articulações intersetoriais são realizadas pelo/a profissional Assistente Social, sendo que nos artigos mapeados, apresenta-se poucas informações que expõem essas articulações, porém pode-se citar algumas a qual Viana e Alves, (2015), pontuam ser as principais voltadas para os atendimentos realizados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar, Fórum de Justiça, Delegacia, Hospitais e Estratégias de Saúde da Família.

Embora sejam citadas instituições parceiras importantes, a escassez de informações detalhadas sobre essas articulações revela limites na sistematização do trabalho intersetorial, o que pode enfraquecer a efetividade das ações voltadas à inclusão e à garantia de direitos.

Referente a como ocorre a articulação entre os/as profissionais do serviço social e outros/as profissionais da equipe multidisciplinar no atendimento a alunos/as com deficiência, os/as autores/as revelam que a atuação do/a Assistente Social não ocorre de forma isolada, mas em conjunto com outros profissionais, como afirma Viana e Alves (2015, p. 5) ter: “um pedagogo, psicólogo, pedagogo da sala especial [...]”. Em outro artigo analisado, também é citado sobre os/as profissionais, que compõem a equipe formada por “uma coordenadora, uma auxiliar administrativa, uma auxiliar de serviços gerais, um fonoaudiólogo, duas psicólogas, duas psicopedagogas e duas assistentes sociais” (Araújo, 2023, p.502).

Porém essa diversidade de profissionais apontada nos artigos indica que esses profissionais não estão diretamente inseridos nas escolas regulares, mas sim em espaços vinculados à gestão Municipal, como no caso do Núcleo de apoio pedagógico especializado (NAPE) em Russas-CE ou na Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar (SEMED) em Parintins-AM. Sendo uma parceria da rede municipal com as escolas, na qual os serviços especializados são oferecidos de forma complementar ao cotidiano escolar, atendendo às necessidades dos alunos com deficiência. Como destaca Araújo (2023, p. 505), “o Serviço Social no NAPE desenvolve papel articulador entre instituição e escola, família e Sistema de Garantia de Direitos”. De modo semelhante, Viana e Alves (2015, p. 12) enfatizam

que a/o assistente social precisa "ir a campo à procura de parcerias com os diretores das escolas [...]".

No que diz respeito às expressões da questão social enfrentadas por pessoas com deficiência, os artigos analisados destacam sobretudo as condições de vulnerabilidade vivenciadas pelos/as alunos/as. Observa-se que nenhum dos textos delimita essas vulnerabilidades exclusivamente ao público com deficiência, tratando-as de forma ampla e incluindo, portanto, os/as alunos/as PCDs nesse contexto. Conforme aponta Luna *et al.* (2016, p.90), "as crianças e jovens frequentam a escola muitas vezes para se alimentar, por enfrentarem dificuldades financeiras".

Além disso, merece atenção situações relacionadas à violência e ao consumo de substâncias psicoativas. Essa realidade reflete a materialização da questão social em sua dimensão cotidiana, o que já vem ao encontro da observação da autora lamamoto (2007), que compreende tais expressões como resultado das desigualdades estruturais do modo de produção capitalista. A escola tem se tornado um refúgio diante da omissão do Estado, evidenciando a naturalização da pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Ao que refere-se sobre as indicações e normativas dos órgãos da categoria quanto intervenção do/a profissional junto a alunos/as com deficiência, os/as autores/as sinalizam que a intervenção do/a assistente social com alunos/as com deficiência deve garantir direitos e combater desigualdades, atuando de forma crítica e integrada à escola.

Segundo Luna *et al* (2016, p.91), sobre o CFESS (2001), cabe ao profissional a realização de diagnósticos sociais que possibilitem compreender a realidade social enfrentada, identificando os fatores sociais, culturais e econômicos envolvidos. Também cabe a ele/a encaminhar as pessoas aos serviços sociais e assistenciais adequados, colaborando para a melhoria da educação pública e atuando, sobretudo, na promoção da inclusão social.

Com base nisso, todos os artigos mapeados se complementam com essa questão, que se baseia completamente nas diretrizes e princípios éticos da profissão, além de normativas importantes referentes aos direitos que as pessoas com deficiência obtêm.

Fica evidente nos artigos analisados a relevância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pontuado, portanto, como um conceito empírico no qual apareceu durante a coleta de informações. Conforme destaca Araújo (2023, p.504) “[...] o AEE deve ser integrado ao projeto pedagógico da escola regular [...]”. Ressalta-se, ainda, que o Ministério da Educação (2009), pontua que o AEE não se limita a um apoio pedagógico, mas configura-se como um suporte assistencial amplo, ao articular serviços, recursos e profissionais com o objetivo de assegurar o direito à educação inclusiva e à participação social plena das pessoas com deficiência.

Mostrou-se também como categoria empírica ao longo da pesquisa, ou seja, educação inclusiva a qual Luna *et al* (2016, p.92) aborda como um “ conceito de cidadania que perpassa a discriminação, a exclusão, e torna cada ser humano útil e necessário, com suas diferenças e possibilidades”. Sendo uma base importante para projetos pedagógicos inclusivos e políticas públicas que de fato promovam justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a atuação do/a assistente social no campo da educação inclusiva enfrenta diversos desafios estruturais, que vão desde a precarização das condições de trabalho até a invisibilidade do seu papel nas instituições escolares. Observou-se que, embora existam esforços normativos e éticos que orientem a intervenção profissional junto a alunos/as com deficiência, a efetivação de práticas inclusivas ainda é limitada, muitas vezes em razão da falta de articulação intersetorial, da carência de estrutura adequada e da desvalorização profissional.

Ficou evidente que a inclusão escolar de pessoas com deficiência não pode ser pensada de forma isolada, pois está diretamente relacionada às expressões da questão social em seu cotidiano, como pobreza, violência e desigualdade.

Nesse contexto, o/a assistente social assume um papel estratégico ao promover diagnósticos, encaminhamentos e articulações em rede, contribuindo para a

construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

A análise permitiu compreender os desafios enfrentados pelos/as profissionais do Serviço Social na intervenção junto às necessidades dos/as alunos/as com deficiência. Entre os principais entraves, destacam-se as dificuldades em efetivar a educação inclusiva, as limitações estruturais das instituições de ensino e a fragilidade das condições de trabalho, que comprometem a qualidade das ações e o reconhecimento da profissão. Além disso, a carência de espaços adequados e a sobrecarga de atribuições reforçam a precarização da atuação do/a assistente social nas escolas.

Também, foi possível identificar a importância das articulações intersetoriais, ainda que estas ocorram de maneira pouco sistematizada. Parcerias com órgãos e instituições da rede de proteção social são fundamentais para garantir um atendimento mais amplo e eficaz às pessoas com deficiência, fortalecendo a integração entre escola, família e comunidade. Contudo, a falta de estrutura e de planejamento contínuo ainda limita o alcance dessas ações.

Constatou-se que as vulnerabilidades enfrentadas por alunos/as com deficiência estão inseridas em um contexto social mais amplo, marcado pela desigualdade e pela ausência de políticas públicas efetivas. A escola, muitas vezes, torna-se um espaço de refúgio diante da omissão do Estado, o que exige do Serviço Social uma atuação crítica, ética e comprometida com a transformação dessa realidade.

Por fim, evidencia-se que o/a assistente social desempenha um papel essencial na promoção da inclusão escolar e na garantia de direitos, sendo indispensável o fortalecimento de políticas públicas que assegurem condições dignas de trabalho, valorização profissional e maior integração intersetorial. Reforça-se, assim, a necessidade de consolidar o Serviço Social como parte integrante das equipes escolares, reconhecendo-o como um agente fundamental na defesa dos direitos humanos e na promoção de uma educação inclusiva, democrática e transformadora.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciene. Núcleo de apoio pedagógico especializado: espaço de atuação

do Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 26, n. 3. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GhbTZhJrKJGMhGksmLTWfSR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Dispõe sobre a inclusão da pessoa com deficiência e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, [2009]. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Direitos humanos e IBGE mobilizam esforços para produção de novos dados estatísticos sobre pessoas com deficiência**. Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/direitos-humanos-e-ibge-mobilizam-esforcos-para-producao-de-novos-dados-estatisticos-sobre-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 23 abr. 2026.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: **Cortez**, 2002. DOI

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: **Cortez**, 2007. DOI

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 3.ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1976. DOI

LUNA, Maria Aline Landim; SOUZA, Alcimar da Silva; LIMA, Maria Dálete Alves. As contribuições do Serviço Social para a inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar. **Interfaces – Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 3, n. 11, p. 87–94, 29 jul. 2016. Disponível em: <https://interfaces.unileao.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/549>. Acesso em: 22 de abr. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://share.google/tpbuOtRQa43qpeUnd>. Acesso em: 23 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**.

26. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Disponível em:

https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf. Acesso em: 22 abr. 2026.

SILVA, Eliza França e; ELIAS Luciana Carla dos Santos. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: Recursos e dificuldade da família e de professores. **EDUR • Educação em Revista**. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/WYpDcmkRfD86Ftwj9mgTFd/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 22 Abr. 2026.

VIANA, Beatriz Borges; ALVES, Érica Nascimento. O trabalho do assistente social: contribuições e desafios na educação inclusiva na rede municipal de ensino em Parintins/AM. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Dezembro 2015. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=O+TRABALHO+DO+ASSISTENTE+SOCIAL%3A+contribui%C3%A7%C3%B5es+e+desafios+na+educac%C3%A7%C3%A3o+inclusi. Acesso em: 23 abr. 2026.

Emilli Lago Martins

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja. Foi bolsista de extensão do programa LongeVIVER (2023/2), atuando em intervenções voltadas à população idosa. Foi voluntária (2024/2) no grupo de pesquisa Braços Fortes que Rasgam o Chão: Características Sociais dos Assentamentos Rurais no município de São Borja/RS. Atualmente, é bolsista de iniciação científica da Unipampa na pesquisa Pessoas Idosas privadas de liberdade no Estado do Rio Grande do Sul.

Elisângela Maia Pessôa

Mestre e Doutora em Serviço Social, com pós-doutorado em Antropologia Social. Docente do Curso de Serviço Social e Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social na Universidade Federal do Pampa.. Vice-líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão.